

CONIMBRIGA



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA



VOLUME XLVI - 2007

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

RECENSÃO

FRANCISCO BILOU, *O Sistema Viário Antigo na Região de Évora*, Edição da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, 2004. 106 pág., ilustradas. [Da obra foi feita uma 2.^a edição, em Abril de 2005, por Edições Colibri, com o ISBN 972-772-542-2].¹

Na síntese do artigo «As vias romanas de *Olisipo* a *Augusta Emerita*» (*Conimbriga* 45 2006 211-251), escreveu Jorge de Alarcão: «O presente artigo pre-

¹ Pesquisa efectuada no âmbito do projecto CIL XVII, enquadrado no Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e do Porto e, por isso, financiado pela Fundação para a Ciência e para a Tecnologia.

tende fazer um balanço crítico da investigação até agora realizada por vários autores e apresentar algumas hipóteses que, todavia, carecem de confirmação no terreno». E sugere, no final (p. 242), que essas confirmações se façam quer por aerofoto-interpretção quer por batidas de campo, não pondo de parte a hipótese de prospecções intensivas e, mesmo, «a escavação em alguns lugares que sugerimos como possíveis paragens das vias».

O livro de Francisco Bilou enquadra-se precisamente nessa metodologia. Oito anos de batida sistemática do território em torno da cidade de Évora, para descortinar vestígios desses itinerários antigos, com base na documentação conhecida. O resultado foi um «acréscimo substantivo de informação arqueológica inédita», a «sistematização dos dados documentais com a correspondente articulação cartográfica», «a leitura espacial e funcional das variadas estruturas viárias» (p. 12).

Diga-se, desde já, que surpreende o enorme acervo de informação nova aqui exarado. Identificou numerosos miliários – ou fragmentos de miliários – com ou sem inscrição, achados quase na sua implantação original, porque F. Bilou quase se guiou pelo rigor matemático: «Por aqui deveria existir um marco» – e existia!... Alguns haviam sido identificados como menires (p. 53, nota 55, por exemplo) – e são, apenas, miliários já sem inscrição, porque fora pintada ou porque, simplesmente, não era necessária, que todos compreenderiam o seu significado.

De caminho, deu conta de sítios com notáveis vestígios arqueológicos, a requererem, primeiro, uma cuidadosa implantação cartográfica, em vista à sua futura salvaguarda, depois, um estudo mais aturado para se ajuizar das suas características e estado de conservação.

Apetecia ter ao lado, à medida que se avança na leitura, um mapa pormenorizado, para melhor se visualizar o que se descreve, ainda que as abundantes e esclarecedoras fotos apresentadas e o mapa no final do volume possam servir de importante apoio. É que, amiúde, nos perdemos diante de tanta informação – a requerer urgente sistematização por iniciativa das entidades competentes.

Atinge F. Bilou, cabalmente, o «objectivo acessório» que se propôs: «Que este trabalho de síntese contribua para a divulgação de um património desconhecido, alertando para o seu rápido desaparecimento material aqueles que se interessam pela História Local e Regional: as instituições que tutelam o Património Cultural e a gestão do território concelhio; os proprietários rurais que detêm este espólio, pois são eles, em primeira instância, os seus verdadeiros guardiães» (p. 12-13).

Assume F. Bilou as limitações que o seu esforço implicou, ainda que deseje para a estrutura da sua pesquisa uma resistência «ao tempo e à acidez da crítica», consciente de que nem todas as dúvidas foram supridas, «enraizadas na falibilidade das nossas próprias dificuldades e limitações, na escassez documental e arqueológica, nas falsas pistas, no que se mascarou de antigo, no que se perdeu sem deixar memória...» (p. 98). Logrou, no entanto, «reconstruir o percurso de oito vias que uniam Évora às grandes cidades da época imperial» (*ibidem*); estudar 38 miliários, quase todos da via *Ebora – Pax Iulia*, de que «apenas uma pequena parte» era conhecida (p. 99); demonstrar, assim, «a importância de Évora no espaço geográ-

fico da Lusitânia, sobretudo pela sua centralidade administrativa e económica face ao eixo estratégico de ligação entre as cidades dos estuários do Tejo e do Sado e a capital provincial *Emerita Augusta*» (p. 99).

E é muito claro a apontar as pistas de futuras pesquisas sobre o tema, o que falta fazer: «a investigação arqueológica das estruturas encontradas; a compreensão dos processos construtivos; a leitura atenta e comparada da informação epigráfica; o levantamento exaustivo das tipologias dos marcos miliários; a projecção altimétrica dos traçados; a cartografia rigorosa dos sítios através de GPS; o cruzamento com outras fontes de informação; a interpretação dos pequenos *habitats* romanos marginais às vias, que, sendo em número tão significativo e tão marcadamente sobreponíveis, fazem supor alguma relação funcional com o trânsito viário» (p. 102).

Humildade intelectual, consciência clara de que se lançaram inúmeras sementes a anunciar farta seara – assim se possa adubar o terreno laborado.

Gostaria eu que tivesse havido uma revisão mais cuidada no que à apresentação escrita em si diz respeito, ainda que muito seja de louvar a tarefa empreendida por Teresa Molar. Há, porém, nestes temas de Arqueologia e de Epigrafia, terminologias próprias. Exemplifiquemos alguns desses pontos, perfeitamente remediáveis numa futura edição:

- O campo trouxe prosperidade «à *civitate* romana» (p. 5). A palavra latina é *civitas*, no singular; no plural, *civitates*. *Civitate* está no ablativo, caso que, em latim, implica uma circunstância, o que não se configura aqui.
- Idêntico problema de conhecimento de Latim se regista quando se fala (p. 19, nota 18) numa *vicus* (que é vocábulo masculino) ou se diz que Geraldo Sem Pavor fora «líder de um grupo de *latronibus*» (p. 74). O termo exacto é *latrones*, ‘ladrões’, uma vez que *latronibus* é... um ablativo ou dativo, que significaria «pelos ladrões» ou «aos ladrões». A razão do lapso radica, de facto, no texto da *Crónica dos Godos*, citado em nota de rodapé, que reza assim: «Civitas Elbora capta et depredata et noctu ingressa a Giraldo cognominato sine pavore, et latronibus sociis eius, et tradidit eam Rex D. Alfonso», “A cidade de Évora foi tomada, saqueada e invadida de noite por Geraldo, cognominado Sem Pavor, e pelos bandidos seus companheiros, e entregou-a ao rei D. Afonso”. Aliás, por este facto vir citado nessa crónica, não poderá afirmar-se «Ainda segundo a tradição, Giraldo entregou Évora à coroa portuguesa» (p. 75); provavelmente, não será apenas de acordo com a tradição...
- «Cabem nesta problemática expressões como “sistema”, “rede” e “antigo”» (p. 6): não se trata de ‘expressões’ mas sim de ‘palavras’.
- «Esta prospecção foi bastante facilitada pela identificação acidental da *millia passum*» (p. 10); «[...] permitiu-nos demonstrar que a divisão da milha correspondia, com rigor, aos 1.480m, ou seja uma *millia passuum*» [sic] (p. 20). Neste caso, além das grafias diferentes da mesma expressão e de alguns acertos de pontuação, temos a aplicação não inteiramente correcta da expressão latina. Na verdade, *millia* (ou *millia*) *passuum* significa

«milhares de passos»; é certo que um milhar de passos é uma «milha», mas esta utilização, assim, carece de algum rigor. Por outro lado, dá impressão que Francisco Bilou aplica esta expressão com um significado preciso, que não descortino por completo, nomeadamente quando escreve, a propósito de um miliário (p. 49): «A sua localização [...] traduz uma vez mais a existência da *millia passum* num itinerário romano na região de Évora».

- Na nota 54 (p. 53), diz-se que um miliário «revela o seguinte campo epigráfico» e dá-se a respectiva leitura. Campo epigráfico é o espaço destinado a receber a inscrição e não o texto propriamente dito. Aliás, nesse domínio, referem-se, com frequência, porque são muitos, os miliários anepígrafos; deverá dizer-se: anepígrafos, ou seja, desprovidos de inscrição.

No que concerne às referências bibliográficas, as distrações são bastantes e será oportuno que, numa próxima edição, se proceda, nesse aspecto, a mui cuidada revisão. Damos apenas alguns exemplos:

- Cita-se amiúde ENCARNAÇÃO ou D'ENCARNAÇÃO 1984 e tal referência não aparece na bibliografia final, mas apenas na nota 54.
- Nessa mesma página 53, assinala-se «a existência de 3 miliários na zona de Estremoz e indica-se como fonte a citada obra, nas páginas «731, 733». A citação, assim, pode induzir em erro; a indicação correcta é: 731-733.
- CASTRO 1767, referido na p. 87, será, porventura o CASTRO 1748 referido na bibliografia final; GRILO 1988 – da p. 89 – poderá ser GRILO 1990 ou GRILO 1994-95 (as únicas referências).

Na bibliografia, além de uma distração na sequência alfabética na p. 104, citar Inglaterra como local de edição da obra *Roman Portugal*, de Jorge Alarcão (1988), é muito vasto: trata-se de Warminster. Aliás, dessa obra não interessaria apenas o I volume, mas, fundamentalmente até, o fascículo 3 do II volume, que é o que trata de Évora. Aludir à obra *De Antiquitatibus Lusitaniae*, de André de Resende, editada em Coimbra em 1970 (lapso, por 1790), sem fazer menção de que se trata de uma reedição, pode também induzir em erro, sabendo que André de Resende viveu no século XVI.

No entanto, esses são pormenores susceptíveis de fácil correcção e o que, na verdade, mais chama a atenção neste precioso livro são, para além do seu objectivo fundamental – o de dar a conhecer a investigação feita no concernente ao sistema viário romano da região eborense – as inúmeras referências esparsas a miliários e a sítios arqueológicos desconhecidos ou quase. Citemos alguns, para que conste:

- Na fotografia aérea da zona do santuário de Nossa Senhora da Esperança, em Alcáçovas, assinala-se, como «perfeitamente visível a área da antiga fortificação em forma de elipse muito regular» e acrescenta-se que «sobre esta fortificação da Idade do Ferro instalou-se um importante núcleo romano» (p. 44). Não se reporta bibliografia, pelo que seria de supor tratar-se de sítio inédito; não o é inteiramente: cf. ALARCÃO 1988, II (3), n.º 6/310 (p. 161). E o seu interesse não de somenos.

- Na p. 48 se refere um dos poucos miliários com inscrição, identificado «perto do caminho rural que liga a estrada das Alcáçovas à albufeira do Monte das Flores» e de que se apresenta foto na p. 51, com informação, mais precisa, de que é «da Cabida – Monte das Flores». Agradece-se a Amílcar Guerra a sugestão de leitura; contudo, estarão lá mencionados dois imperadores, em caracteres de mui bom recorte, de modo que a hipótese de se ler aí o nome DECI(i), do imperador Décio (249-251), é de reanalisar.
- Sobre a Herdade de Paredes – que é, mui provavelmente, a Herdade das Paredes, da freguesia de Nossa Senhora da Graça do Divor, a que também Jorge Alarcão faz referência (1988, II (3), n.º 6/277, apenas escrevendo, porém, «alicerces, cerâmica de construção, fragmentos de mármore, uma inscrição cuja leitura se desconhece» – a informação dada aqui sobre esta «villa de grandes dimensões», chamada por tradição «cidade de Niça», é deveras preciosa: «Para além de um significativo e variado espólio cerâmico de onde sobressaem fundos, bordos e asas de ânforas, existem silhares de granito na passagem da ribeira de Capelos; um *podium* de um pequeno templo; um significativo pano de parede com cerca de 3 metros de altura, *tessellae* policromadas e os fundamentos de algumas divisões de uma casa» (p. 66, nota 68).
- Suscitará curiosidade a fotografia a cores da p. 72, onde, em primeiro plano, se mostra uma asa de ânfora no terreno. Não sabemos se foi recuperada ou se ficou no sítio, que, aliás, certamente por razões 'de segurança', apenas se diz que se localiza «junto à via *Ebora – Pax Iulia*», no «troço entre Aguiar e N. Sra. d'Aires». Uma asa de ânfora dificilmente surgirá isolada; há, pois, que a contextualizar.
- Fica a «importante fortificação da Alcalinha» «no limite sudoeste do concelho de Évora, numa colina sobranceira à ribeira de Valverde»: «Trata-se de um *habitat* extenso, com restos de uma cintura amuralhada de forma elíptica, ainda sem qualquer enquadramento arqueológico conhecido. Existem no local abundantes materiais de superfície, sobretudo cerâmicas de roda e de revestimento, que apontam para uma ocupação romana/medieval» (p. 78).
- Monte da Mesquita, no «caminho de Monsaraz»: «Perto deste local, junto a um antigo moinho arruinado concentra-se uma importante *villa* romana com abundantes vestígios de estruturas, materiais cerâmicos de tipo comum e de revestimento, silhares e um peso de lagar. Apesar deste excepcional património arqueológico o sítio nunca foi alvo de qualquer estudo científico» (p. 89).

Bastem-nos estas referências para documentar o que se afirmou: estamos perante uma obra cujo manancial informativo é enorme e que, por isso, merece ser lida e relida com toda a atenção, nomeadamente pelos arqueólogos e pelas entidades a quem compete a salvaguarda de um património sempre em risco de se transviar ou de facilmente ser destruído por lavouras e outras intervenções no solo.

Estou em crer que, por estar integrado na equipa municipal de Évora, Francisco Bilou não deixará, também por isso, de zelar pela protecção de sítios e de materiais que tanta canseira lhe deram a identificar.

Louve-se, pois, o seu elevado mérito, pela originalidade da sistemática investigação que levou a bom termo e resultou numa publicação eficaz.

José d'Encarnação